

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

Ministra considera de grave a situação de uniões prematuras em Moçambique

No país uma em cada duas raparigas já esteve envolvida em união prematura. Os números revelam que 48 por cento das raparigas moçambicanas já foram obrigadas a viverem maritalmente.

Maputo – As regiões Centro e Norte do país são as que mais registam as uniões prematuras. As questões de uniões prematuras foi ontem abordada no encontro virtual que tinha como objectivo a análise dos dois anos após a aprovação da lei da Prevenção e Combate a esta prática. A ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Verónica Macamo, uma das participantes do evento, disse ser dramático visitar crianças vítimas de uniões prematuras.

A chefe da diplomacia moçambicana recordou que a legislação vigente criminaliza os praticantes de uniões prematuras no país. “Não poupemos esforços até que prevaricadores sejam trazidos à justiça sempre que houver violações. Melhor seria até dizer, não poupemos esforços até que prevaricadores sejam trazidos à justiça sempre que houver violações dos Direitos da Criança e da rapariga para que exemplarmente sejam responsabilizados para servirem de exemplo para que efectivamente as pessoas possam ver que a lei existe de verdade, nós todos sabemos e tem duas funções. Uma é preventiva, portanto, é de persuadir as pessoas a não praticar tal acto, mas quando as pessoas praticam o crime é para ser responsabilizados”, ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Verónica Macamo no encontro virtual por ocasião da passagem dos dois anos após a aprovação da Lei de Prevenção e Combate de Uniões Prematuras. O encontro foi organizado pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança e outras organizações da Sociedade Civil.

Horizonte 25, Destaque, 29.07.2021, Pág.02, Ed.nº 2499

“Visitar crianças vítimas de uniões prematuras é uma experiência indescritível. Nas várias visitas que realizámos só encontramos muita tristeza, dor e arrependimento. Hoje continuamos a trabalhar na sensibilização dos pais, dos professores, dos líderes comunitários, dos líderes religiosos e não só para que todos nós, juntos, empenhemo-nos na mobilização da sociedade de modo a evitar que crianças possam gerar outras crianças. Devemos juntos e unidos trabalharmos para que não tenhamos crianças criando e educando outras crianças”, disse Verónica Macamo A chefe da diplomacia moçambicana recordou que a legislação vigente criminaliza os praticantes de uniões prematuras no país. “Não poupemos esforços até que prevaricadores sejam trazidos à justiça sempre que houver violações. Melhor seria até dizer, não pouparemos esforços até que prevaricadores sejam trazidos à justiça sempre que houver violações dos Direitos da Criança e da rapariga para que exemplarmente sejam responsabilizados para servirem de exemplo para que efectivamente as pessoas possam ver que a lei existe de verdade, nós todos sabemos e tem Massificação e modernização de infra-estruturas de TIC nas prioridades do MCTES DESTAQUE - Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Daniel Nivagara, aponta como um dos grandes desafios na área da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no país, a massificação e modernização de infra-estruturas de TIC no âmbito da inclusão digital. duas funções. Uma é preventiva, portanto, é de persuadir as pessoas a não praticar tal acto, mas quando as pessoas praticam o crime é para ser responsabilizados”, ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Verónica Macamo no encontro virtual por ocasião da passagem dos dois anos após a aprovação da Lei de Prevenção e Combate de Uniões Prematuras. O encontro foi organizado pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança e outras organizações da Sociedade Civil.